

Autoridade Portuária deixa o PND

Resolução publicada ontem retira APS do Programa Nacional de Desestatização, como era previsto, mas mantém projetos e serviços

DA REDAÇÃO

O Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (CPPI) do Governo Federal oficializou, ontem, a retirada da Autoridade Portuária de Santos (APS) do Programa Nacional de Desestatização (PND). Resolução publicada no Diário Oficial da União (DOU) ratifica “uma autoridade portuária pública”, como já havia prometido o ministro de Portos e Aeroportos (MPor), Silvio Costa Filho.

“A retirada do programa de privatização e a delegação de competência atribuída ao Porto de Santos nos impõem o dever e o desafio de demonstrarmos que uma empresa pública pode ser eficiente”, afirma o presidente da APS, Anderson Pomini.

Continua autorizada a concessão parcial dos acessos ao Porto de Santos, de serviços, além do túnel submerso entre Santos-Guarujá

O Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) e o MPor continuarão com a competência de coordenar e monitorar as medidas de concessão parcial dos serviços portuários.

O Terminal SSB01, no Porto de São Sebastião, está qualificado, segundo a mesma resolução, no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos



VANESSA RODRIGUES/ARQUIVO

Área onde ficará túnel Santos-Guarujá: obra prevista nas concessões

(PPI). Mas a gestão do Porto Organizado de São Sebastião também foi excluída do PND.

Por fim, a Companhia Docas do Estado de Bahia (Codeba), dos Portos Organizados de Salvador, de Aratu-Candeias e de Ilhéus, também não privatizada.

LEILÕES

O CPPI também opinou favoravelmente pela qualificação de empreendimentos públicos federais do setor portuário. A resolu-

ção propõe um cronograma para os leilões, que devem ocorrer em 2024 e em 2025.

Entre os locais, está o terminal STS33, no Porto de Santos, abrangendo área de 51.460 metros quadrados (m²) destinada à movimentação e armazenagem de carga geral.

Ainda estão previstas áreas no Rio Grande (RS), Fortaleza (CE), Porto Alegre (RS) e Rio de Janeiro. (Com informações do Estadão Conteúdo)